

## **A ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) E AS PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL<sup>1</sup>**

### ***THE BRAZILIAN FOOD INSECURITY SCALE AND THE MAIN CONDITIONERS OF THE FOOD (IN) SECURITY IN BRAZIL***

### ***LA ESCALA BRASILEÑA DE INSEGURIDAD ALIMENTARIA (EBIA) Y LOS PRINCIPALES CONDICIONANTES DE LA (IN) SEGURIDAD ALIMENTARIA EN BRASIL***

**Lucas Guedes Vilas Boas**

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

E-mail: lucasgvb1991@hotmail.com

#### **RESUMO**

O artigo procura discutir as principais características da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mensurar a segurança alimentar em território brasileiro, visto que a questão alimentícia é um dos maiores problemas do país nos tempos hodiernos. Sob essa perspectiva, também se pretende demonstrar as correlações existentes entre aspectos socioeconômicos e segurança alimentar, pois a alimentação é condicionada por alguns fatores, como a renda salarial e a propriedade da terra. Ademais, a diversidade de gêneros consumidos também é essencial na averiguação das situações de insegurança alimentar, pois uma dieta restrita em variedade repercute em carências nutricionais. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Apesar das críticas sobre a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, sua criação contribuiu para a avaliação das dietas alimentares da população brasileira e a realização de diversos estudos científicos sobre a temática alimentar. Os inquéritos de investigação dos níveis de segurança alimentar feitos no país mostraram que os maiores índices de insegurança alimentar prevalecem entre as famílias mais pobres, refletindo a desigualdade social do país. O racismo estrutural também influencia os regimes alimentares, pois indivíduos pretos e pardos apresentam maiores percentuais de insegurança alimentar que pessoas brancas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escala Brasileira de Insegurança Alimentar; segurança alimentar; aspectos socioeconômicos.

#### **ABSTRACT**

The article aims to discuss the main characteristics of the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA), created by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) to measure food security in Brazilian territory, whereas the food issue is one of the main problems of the country in modern times. Under this perspective, it also aims to demonstrate the correlations between socioeconomic aspects and food security, because the food is conditioned by some factors, like the wage income and property land. Furthermore, the diversity of consumed food is also essential in the investigation of situations of food insecurity, because a restricted diet in variety reverberates in nutritional deficiencies. The methodological procedures adopted were bibliographic research and documental analysis. Despite the criticisms about the Brazilian Food Insecurity Scale, its creation contributed to the evaluation of the diets of the Brazilian population and the realization of several scientific studies on the food thematic. Research surveys of the food security levels carried out in the country showed that the highest levels of food insecurity prevail among the poorest families, reflecting the country's social inequality. Structural racism also influences food regimes, because black and brown individuals have higher percentages of food insecurity than white people.

**KEYWORDS:** Brazilian Food Insecurity Scale; food security; socioeconomic aspects.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte modificada e ampliada da dissertação de mestrado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

## RESUMEN

El artículo busca discutir las principales características de la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria (EBIA), creada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) para medir la seguridad alimentaria en el territorio brasileño, ya que la cuestión alimentaria es uno de los mayores problemas en el país en los tiempos modernos. Con esa perspectiva, también se pretende demostrar las correlaciones entre los aspectos socioeconómicos y la seguridad alimentaria, porque la alimentación está condicionada por algunos factores, como los ingresos salariales y la propiedad de la tierra. Además, la diversidad de alimentos consumidos también es fundamental en la investigación de situaciones de inseguridad alimentaria, ya que una dieta restringida en variedad repercute en las carencias nutricionales. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron la investigación bibliográfica y el análisis documental. A pesar de las críticas sobre la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria, su creación contribuyó para la evaluación de las dietas de la población brasileña y la realización de varios estudios científicos sobre el tema de la alimentación. Las encuestas de investigación sobre los niveles de seguridad alimentaria realizadas en el país mostraron que los niveles más altos de inseguridad alimentaria prevalecen entre las familias más pobres, reflejando la desigualdad social del país. El racismo estructural también influye en los regímenes alimentarios, ya que las personas negras y pardas tienen porcentajes mayores de inseguridad alimentaria que las personas blancas.

**PALABRAS-CLAVE:** Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria; seguridad alimentaria; aspectos socioeconómicos.

## 1. INTRODUÇÃO

A alimentação possui suma importância para os seres humanos, pois fornece os nutrientes necessários ao pleno desempenho das funções vitais de homens e mulheres. Diversos autores se dedicaram ao tema e mostraram que as dietas das populações sofrem influência de elementos de ordem física (VERVOORT et al., 2014; SANGA, SIDIBÉ e OLABISI, 2021), econômica (MCMICHAEL, 2009; 2016; VILAS BOAS, 2019; TAVARES e LIMA, 2021), política (CASTRO, 1957a; 1957b; MUNDO-ROSAS et al., 2019), social (CASTRO, 2007; VILAS BOAS, 2019) e cultural (DEFFONTAINES, 1948; CLAVAL, 1999; REDE PENSSAN, 2021).

Ao longo dos decênios, algumas categorias de análise – como a fome oculta, a segurança alimentar e a soberania alimentar – procuraram avaliar os regimes alimentares humanos. Sob essa perspectiva, sublinha-se que os regimes alimentares correspondem, em suma, às relações de produção e de consumo de alimentos em âmbito internacional e são caracterizados pelas formas por meio das quais a comercialização de alimentos e a ordem político-econômica mundial influenciam diretamente as dietas alimentares (MCMICHAEL, 2009; 2016; VILAS BOAS, 2019). No tocante à segurança alimentar, foram formuladas algumas escalas de mensuração, dentre as quais se destaca a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), tema deste estudo.

De antemão, é imprescindível salientar que as dietas são influenciadas por inúmeros elementos, como a renda monetária, a propriedade fundiária, a diversidade de gêneros consumidos, o uso de agrotóxicos, a ingestão de produtos industrializados, a obesidade, o

alcoolismo, a ocorrência de desastres naturais e os conflitos armados. Assim sendo, é difícil que apenas uma categoria ou indicador consiga contemplar todos os fatores que interferem na alimentação humana.

Embora as discussões concernentes à temática sejam relativamente recentes, o vocábulo segurança alimentar já era utilizado em obras científicas há algumas décadas, conforme se observa no excerto extraído do livro *Geopolítica da Fome*, escrito por Josué de Castro. Ao comentar sobre a visão dos neomalthusianos acerca da problemática alimentar global, o autor disserta:

Aos olhos dos neomalthusianos, a população da Terra aparece como algo ainda mais calamitoso do que um bando de pássaros famintos – como uma densa nuvem de gafanhotos ameaçando devorar toda a produção do seu pequeno pomar. Desse pequeno pomar que, como vimos, não ocupa mais de 10% da superfície da Terra. Contra essa praga humana que ameaça a segurança alimentar e o nível geral de vida das populações mais ricas, levantam os neomalthusianos, nos quatro cantos do mundo, os espantalhos de suas teorias do excesso de população – espantalhos que são um símbolo e um fantasma (CASTRO, 1957b, p. 70).

Apesar de não detalhar a definição de segurança alimentar adotada no excerto destacado, pode-se analisar que Castro a compreende associada à qualidade de vida dos homens e mulheres, bem como à erradicação da fome e à diversidade de gêneros consumidos. Por conseguinte, o autor emprega a expressão com características semelhantes às atualmente utilizadas para definição dessa categoria de análise.

A Conferência Mundial sobre a Alimentação, realizada em 1974, foi o primeiro evento em que se discutiu a segurança alimentar como pauta das políticas públicas (VILAS BOAS, 2019; TAVARES E LIMA, 2021). O emprego dessa categoria de análise é preconizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em virtude de seu caráter mais técnico, foi disseminada pelas políticas públicas de diversos países e órgãos supranacionais, como a União Europeia (por meio da Política Agrícola Comum – PAC) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU) (LEE, 2007; COCA, 2018; VILAS BOAS, 2019).

No Brasil, o assunto entrou no rol das discussões governamentais a partir da criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no ano de 1993. O Programa Fome Zero, o Bolsa Família, os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA's), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são alguns dos

programas criados com o objetivo de garantir a segurança alimentar da população brasileira (THOMAZ JÚNIOR, 2007; VILAS BOAS, 2019).

A segurança alimentar engloba o direito de todos os seres humanos ao acesso a um regime alimentar que supra suas necessidades quantitativas e qualitativas de modo permanente, vinculando-se à diversidade de víveres consumidos e aos nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo humano (MUNDO-ROSAS et al., 2019; REDE PENSSAN, 2021).

Assim sendo, o objetivo do artigo é discutir os principais elementos constituintes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), abrangendo sua formulação, os critérios considerados para sua criação, os estágios de segurança alimentar e os principais fatores que influenciam a situação de (in) segurança alimentar da população brasileira segundo as pesquisas estatais realizadas.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica e a análise documental foram os procedimentos metodológicos adotados para a concretização do estudo. Na pesquisa bibliográfica, foram lidas e interpretadas importantes referências concernentes aos seguintes temas: questão agrária, alimentação, segurança alimentar e EBIA. Já a análise documental enfocou publicações e estatísticas fornecidas por órgãos estatais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As informações do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021), foram empregadas no estudo. Para a análise realizada, deu-se ênfase às estatísticas relativas à segurança alimentar por macrorregiões do país, local de moradia, cor/etnia e renda média mensal domiciliar. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referentes à renda média mensal *per capita*, também foram utilizados com o intuito de demonstrar a relação entre rendimento monetário e (in) segurança alimentar tanto no tocante às macrorregiões do país, quanto com relação à cor/etnia dos residentes nos domicílios.

Deste modo, buscou-se relacionar os parâmetros da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar ao panorama socioeconômico do país, mostrando as amálgamas existentes entre a

situação de segurança alimentar de cada localidade e suas singularidades socioespaciais, ratificando o estreito vínculo entre economia, sociedade e alimentação.

### 3. DESENVOLVIMENTO

Segundo Segall-Corrêa (2007) e Tavares e Lima (2021), a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi criada na década de 2000 e sua constituição ocorreu a partir da escala utilizada pelo governo estadunidense para mensurar a insegurança alimentar em seu censo demográfico. O governo brasileiro adequou o índice estadunidense à realidade nacional por meio de algumas alterações.

Um grupo de pesquisadores de renomadas instituições - Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - capitaneados pela última, adaptou e validou o indicador para averiguação da segurança alimentar criado nos anos 1990 pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o USDA (SEGALL-CORRÊA, 2007; TAVARES E LIMA, 2021). Com relação ao questionário estadunidense, os estudiosos brasileiros modificaram o tempo de referência para as perguntas realizadas, o qual foi reduzido de um ano para somente três meses. Durante o processo de adequação, houve diminuição inicial das 18 (dezoito) perguntas para 15 (quinze) e, posteriormente, apenas 14 (catorze). Assim, estabeleceu-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, cujos itens explicitados no quadro 1 se referem aos últimos noventa dias antecedentes à entrevista.

**Quadro 1** - Questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

As questões abaixo devem ser respondidas considerando-se os últimos <b>noventa dias</b> antecedentes à entrevista:	Sim	Não
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?		
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?		
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?		
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?		
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?		
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?		
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
8. Nos últimos três meses, Algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?		
9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?		
10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?		
11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?		
13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?		
14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?		

Fonte: VILAS BOAS, 2016.

No tocante ao questionário da EBIA, pode-se notar que determinadas perguntas visam avaliar alguns aspectos em particular. As questões 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13 e 14 se referem à escassez quantitativa de alimentos, denominada por Josué de Castro (1957a; 1957b) como fome total ou global. Assim, percebe-se que a maioria dos itens da escala é direcionada à análise quantitativa dos regimes alimentares. Em contrapartida, as perguntas 3, 4 e 9 dizem respeito à diversidade de gêneros alimentícios consumidos, voltando-se à qualidade dos regimes alimentares. Deste modo, se relacionam à categoria fome oculta, cunhada por Josué de Castro (1957a; 1957b).

É importante sublinhar que, a partir da década de 1990, vários municípios e países formularam suas próprias metodologias para averiguação dos estados de segurança alimentar de seus habitantes, com o objetivo de fomentar a adoção de medidas de combate ao pauperismo e à fome. Segall-Corrêa e Marin-León (2009), bem como Tavares e Lima (2021), argumentam que a constituição da EBIA e os estudos nela baseados consistem em uma maneira encontrada pelos cientistas das universidades e centros de pesquisa para auxiliar nas políticas traçadas pelo programa Fome Zero, criado pelo governo federal pouco tempo antes da construção da escala.

Segundo informações do IBGE (2014) e da Rede PENSSAN (2021), em anos anteriores, a EBIA foi utilizada em diversos artigos e estudos acadêmicos, bem como em pesquisas estatais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 e 2009, no Censo das Comunidades Quilombolas com foco em Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros trabalhos.

Hoffmann (2008) afirma que a PNAD-2004 incorporou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), respeitando a decisão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desta maneira, formou-se o primeiro diagnóstico de magnitude nacional cujo principal objetivo era mensurar os níveis de segurança e insegurança alimentar nos domicílios do país.

Em 2007 foi criada a Escala Latinoamericana e Caribenha de Segurança Alimentar (ELCSA) e, em 2008, instituiu-se a Escala Mexicana de Insegurança Alimentar (EMSA), ambas utilizando como referências as escalas estadunidense e brasileira (MUNDO-ROSAS et al., 2013; 2019). Portanto, percebe-se que vários países aderiram à criação de uma escala para mensuração da insegurança alimentar em seu território, adaptando-a às suas particularidades.

No tocante à ELCSA, Segall-Corrêa e Marin-León (2009) mostram que um item concernente à sustentabilidade foi nela inserido pelo governo haitiano, enquanto que em outros países, como

no México, a alteração não foi efetivada. O exemplo em questão demonstra a importância da adaptação do índice a cada realidade, abrangendo as singularidades socioespaciais.

Em agosto de 2010, várias entidades promoveram, de maneira conjunta, a atualização da EBIA. As modificações ocorridas consistiram na retirada da associação da redução de peso com a insegurança alimentar, além da eliminação de um item considerado repetitivo. Deste modo, o questionário da EBIA, que anteriormente possuía quinze perguntas, passou a ter somente quatorze questões (IBGE, 2014; REDE PENSSAN, 2021).

Hoffmann (2008) ressalta que as questões da escala possuem certo grau de subjetividade, uma vez que as respostas dependem da interpretação dos entrevistados. Assim, a EBIA permite a análise quali-quantitativa da situação de (in) segurança alimentar, pois avalia a percepção dos domiciliados quanto ao seu regime alimentar.

Quanto à situação de segurança alimentar das residências estudadas, Hoffmann (2008, p. 50) esclarece que: “Pode-se dizer que um domicílio está em situação de segurança alimentar se todas as pessoas deste domicílio têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável”. Portanto, uma moradia só apresenta um quadro de segurança alimentar se todos os seus habitantes possuírem acesso constante a uma alimentação que lhes assegure uma vida saudável.

Os dados da pesquisa realizada pela Rede PENSANN (2021) indicaram, em consonância com os dizeres de Hoffmann (2008), que quanto maior o número de pessoas no domicílio, piores são os índices de segurança alimentar. Um maior quantitativo de indivíduos residindo no mesmo local implica em maiores dificuldades à aquisição de alimentos, seja em quantidade ou variedade, incidindo em agravos à saúde de seus habitantes.

Tavares e Lima (2021) afirmam que a EBIA consiste em um valioso índice para o monitoramento da insegurança alimentar em escala nacional, permitindo averiguar se as políticas públicas direcionadas ao acesso à alimentação e à sua melhoria impactaram, de fato, os regimes alimentares da população brasileira.

De acordo com os parâmetros da EBIA, a residência ou o indivíduo podem apresentar quatro estágios de segurança alimentar, representados a seguir. É importante alertar que o valor total da pontuação da escala equivale à soma dos pontos obtidos, variando entre 0 (zero) e 14 (quatorze). Destarte, com base nos parâmetros adotados, há quatro categorias:

**Segurança alimentar (SA)** – Ocorre nas residências cujas respostas a todos os itens presentes no questionário são negativas, isto é, quando a pontuação na escala é 0 (zero). Assim, o domicílio ou o indivíduo que se encontre em segurança alimentar não sofre com problemas no acesso aos alimentos, seja em qualidade ou em quantidade. Além disso, no que diz respeito à questão psicológica, não há o temor de uma futura escassez de alimentos.

**Insegurança alimentar leve (IL)** – Acontece quando um quantitativo de 1 (uma) a (cinco) questões foram respondidas de maneira positiva. Destarte, já há o receio dos indivíduos de uma possível ausência de alimentos num futuro breve, e eles planejam o orçamento e o cotidiano domésticos para ampliação da durabilidade dos alimentos.

**Insegurança alimentar moderada (IM)** – É observada nos domicílios em que um total de 6 (seis) a 9 (nove) interrogações da EBIA foram respondidas positivamente. Logo, a qualidade da alimentação já é bastante comprometida, pois o objetivo primordial é sanar a necessidade quantitativa de alimentos. Ademais, existe uma diminuição na quantidade e na variedade de alimentos consumidos entre os adultos da residência, que privilegiam a alimentação das crianças, em virtude de sua saúde mais frágil.

**Insegurança alimentar grave (IG)** – Verifica-se nas residências e nos indivíduos que responderam positivamente de 10 (dez) a 14 (quatorze) perguntas. Sob essa condição, há restrição quantitativa de alimentos, acarretando em quadros de fome oculta e total nos adultos e nas crianças da família. É, indubitavelmente, o foco de maior atenção governamental nas políticas públicas elaboradas para o setor.

Com base nas informações apresentadas, o Quadro 2 elenca os níveis de (in) segurança alimentar da classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

**Quadro 2** - Valores para a classificação do estágio de segurança alimentar segundo as categorias estabelecidas pela EBIA

<b>Classificação do estágio de segurança alimentar</b>	<b>Domicílios com pelo menos um morador com idade inferior a 18 anos</b>	<b>Domicílios com todos os moradores de 18 anos de idade ou mais</b>
<b>Segurança Alimentar</b>	0 pontos	0 pontos
<b>Insegurança Alimentar Leve</b>	1 a 5 pontos	1 a 3 pontos
<b>Insegurança Alimentar Moderada</b>	6 a 9 pontos	4 a 5 pontos
<b>Insegurança Alimentar Grave</b>	10 a 14 pontos	6 a 8 pontos

Fonte: Adaptado de IBGE, 2009.

Em consonância com Segall-Corrêa (2007), a respeito da hierarquização dos níveis de segurança alimentar proposta pela EBIA, cabe salientar que o IBGE confere muita atenção ao aspecto psicológico dos indivíduos pesquisados.

Outro ponto interessante da escala adotada é o fato de que no estágio de insegurança alimentar moderada, os adultos privilegiam a alimentação dos infantes. Em um estudo sobre os latino-americanos residentes no estado da Califórnia, situado nos Estados Unidos, Melgar-Quiñonez et al. (2003) relatam que, em quadros de insegurança alimentar constatada, as famílias priorizam o consumo dos alimentos por parte das crianças (entendidas como as mais frágeis do núcleo familiar) e optam pela compra de gêneros mais baratos. Sob esse prisma, também há uma questão de gênero relativa à alimentação, conforme explica Freitas (2003):

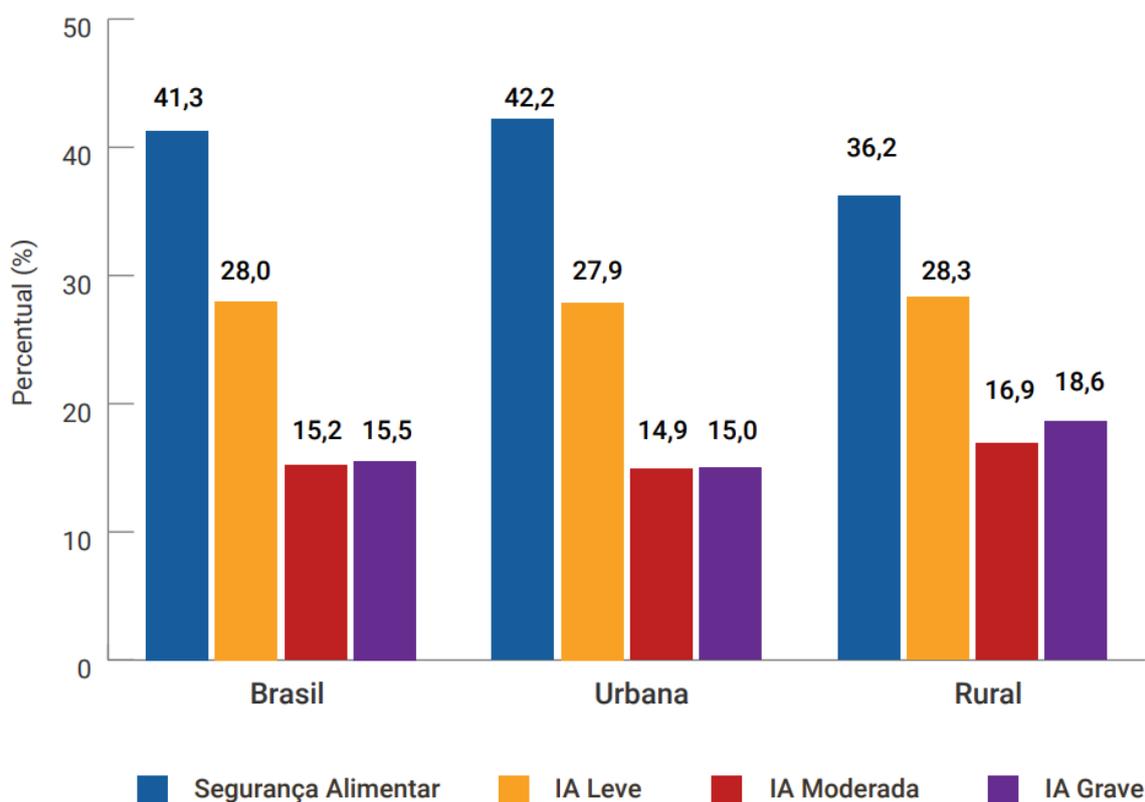
Por força das ideologias do gênero que se realizam na organização doméstico-familiar, geralmente aos homens, como chefes do grupo doméstico e seus principais provedores, são destinadas cotas mais generosas da parca alimentação. Cabe às mulheres a menor ou mesmo o que sobra da alimentação dos filhos. São essas e outras as razões que tornam os índices de mortalidade materna e infantil elevados no Brasil.

O fragmento em evidência reforça a preferência conferida pelas mulheres à alimentação de seus filhos e desvela a presença da questão de gênero no que se refere ao consumo de alimentos no ambiente doméstico. Ademais, o excerto ainda salienta a repercussão que tal situação possui nas taxas de mortalidade infantil e materna no contexto nacional, visto que a deterioração da alimentação das atuais e futuras mães reverbera em sérios agravos à sua saúde e à dos filhos, assim como em maiores riscos no momento do parto.

Allen e Sachs (2007) discorrem sobre outro importante ponto relativo ao assunto. As autoras afirmam que as mulheres, na tarefa de prover alimentos aos familiares, geralmente optam por gêneros que agradem a outros indivíduos da família, principalmente seus maridos. Também assinalam que há uma severa questão de gênero presente no sistema agroalimentar mundial, coordenado no contexto atual praticamente apenas por homens, deixando as mulheres em situação de desvantagem. Ademais, afirmam que em seu cotidiano, costumeiramente se preocupam com a questão alimentar, vinculando-a à esfera emocional.

Os dados do inquérito realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional no ano de 2021 (REDE PENSSAN, 2021) demonstram que há, em escala nacional, maior prevalência percentual de estados de insegurança alimentar nas áreas rurais se comparadas às urbanas, conforme ilustra a Figura 1.

**Figura 1** - Índices de segurança e insegurança alimentar no Brasil por local do domicílio: urbano e rural



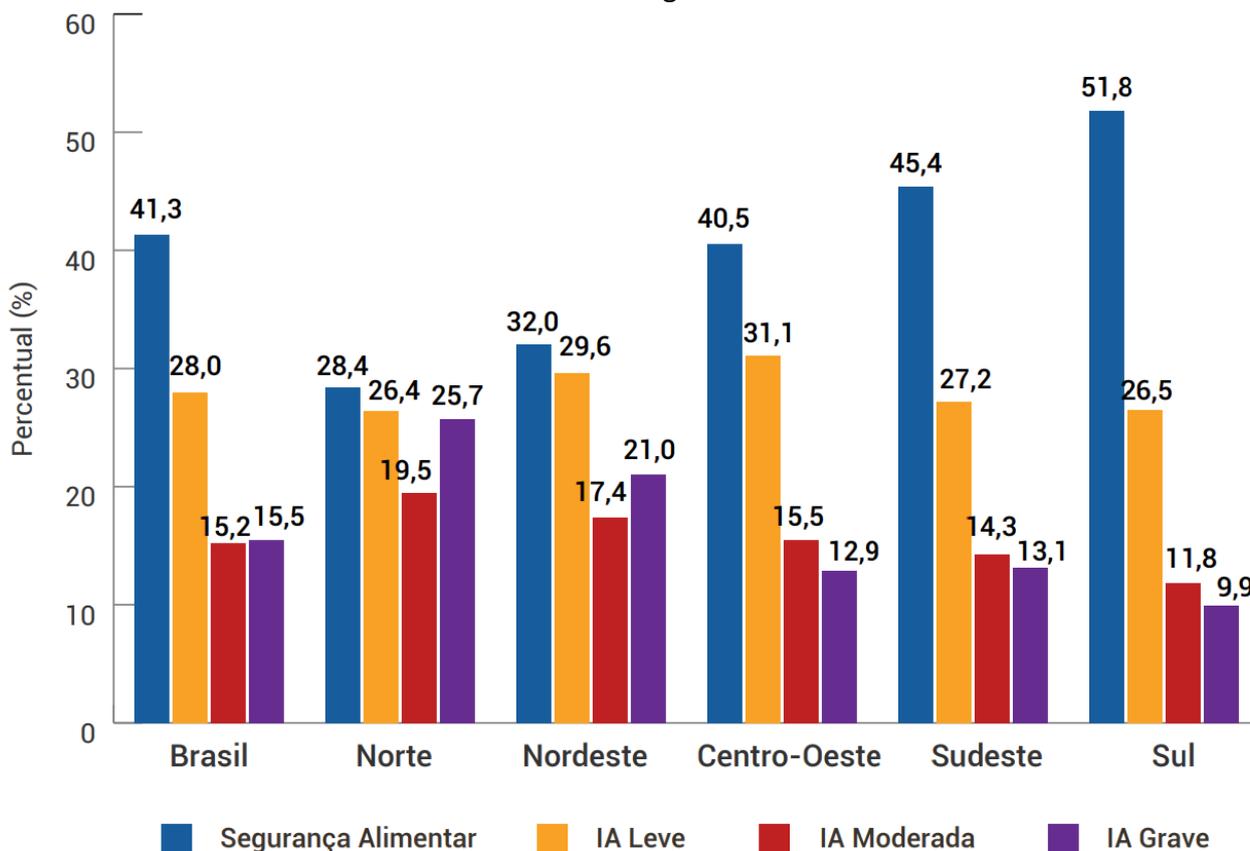
Fonte: REDE PENSSAN, 2021.

Assim, de acordo com a Figura 1, 42,2% dos domicílios urbanos se encontravam em segurança alimentar, enquanto 36,2% das residências rurais possuíam segurança alimentar. Ademais, a insegurança alimentar grave (na qual há escassez quantitativa de alimentos) acometia 18,6% das moradias rurais e 15,0% dos domicílios urbanos. A maior ocorrência de insegurança alimentar na zona rural, quando comparada à urbana, é um fenômeno observado desde que a segurança alimentar começou a ser medida pelos órgãos estatais no Brasil (IBGE, 2014; REDE PENSSAN, 2021).

A elevada concentração fundiária do país, associada ao predomínio das monoculturas, contribui para a deterioração dos regimes alimentares no campo brasileiro, pois priva a maioria da população do acesso à terra e diminui a diversidade de gêneros cultivados e consumidos. Como o foco dos estabelecimentos agropecuários no Brasil é a exportação, a produção de víveres alimentícios não se destina ao autoconsumo e/ou ao abastecimento do mercado interno, comprometendo a segurança alimentar da população.

Dotado de dimensões continentais, o Brasil possui regiões que possuem expressivas diferenças, as quais concernem às características climáticas, sociais, econômicas, demográficas, históricas e culturais. Tais dessemelhanças refletem nos modos de vida e nas dietas alimentares de suas populações, as quais apresentam suas especificidades. A respeito do assunto, a figura 2 mostra os índices de (in) segurança alimentar das macrorregiões brasileiras no biênio 2021-2022.

**Figura 2** - Percentuais de segurança e insegurança alimentar no biênio 2021-2022: Brasil e macrorregiões



Fonte: REDE PENSSAN, 2021.

O gráfico em evidência mostra que as regiões Norte e Nordeste - as mais pobres do país - possuem os menores percentuais de segurança alimentar e o maior número relativo de cidadãos em situação de insegurança alimentar grave dentre as cinco macrorregiões brasileiras. Em contrapartida, as regiões com maior nível de desenvolvimento socioeconômico - Sul e Sudeste, respectivamente - têm os maiores índices de segurança alimentar e os menores índices de insegurança alimentar grave de todo o território nacional.

Tal fenômeno não é fortuito e é explicado por elementos socioeconômicos, visto que os piores indicadores sociais do país se encontram nas regiões Norte e Nordeste. Segundo os dados da PNAD Contínua, as regiões Nordeste e Norte apresentavam, respectivamente, os piores índices de rendimento médio mensal *per capita* do país em 2021. No ano em questão, as duas macrorregiões apresentavam os menores rendimentos médios mensais reais da população residente, conforme ilustra a tabela 1:

**Tabela 1** – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* (em R\$) nas macrorregiões do Brasil em 2021

Região	Rendimento médio mensal <i>per capita</i> (em R\$)
Sul	1656
Sudeste	1645
Centro-Oeste	1353
Norte	871
Nordeste	843

Fonte: IBGE, 2021.

Enquanto nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o rendimento mensal real médio *per capita* da população residente superava os R \$1.300,00; seu valor era de R \$871,00 na região Norte e R \$843,00 na região Nordeste (IBGE, 2021). A discrepância relativa às receitas mensais ressoa diretamente na alimentação dos domicílios brasileiros, especialmente porque a principal forma de acesso aos alimentos no país é a compra. Assim, pode-se notar a profunda influência que a desigualdade socioeconômica intrínseca ao modo de produção capitalista possui sobre a alimentação dos indivíduos.

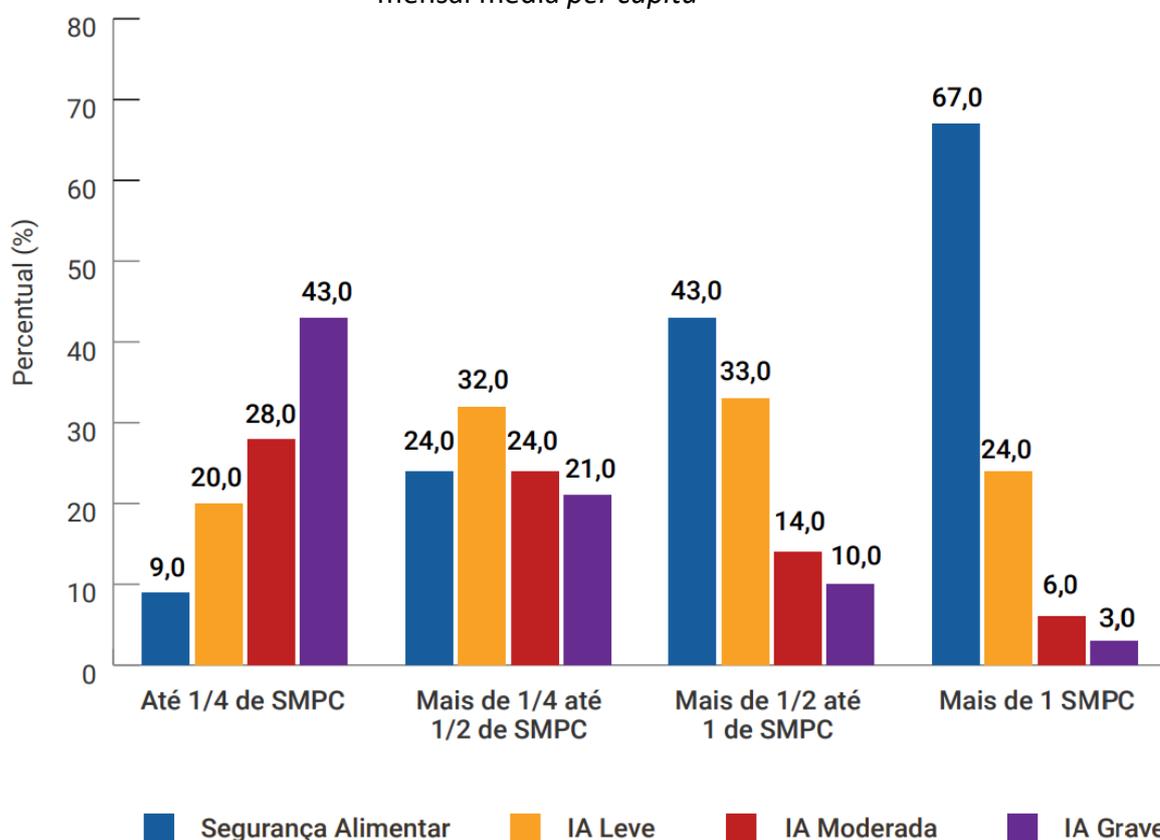
Contraditoriamente, a região Norte – a mais rica do país em recursos naturais – apresenta os maiores índices de insegurança alimentar. Salienta-se que, quanto menor o rendimento monetário *per capita* do domicílio, maior é a probabilidade de ocorrência de insegurança alimentar, pois o acesso à alimentação é condicionado pelas receitas mensais (MALUF, 1998; HOFFMANN, 2008).

Conforme explica Hoffmann (2008), a renda salarial influencia diretamente na segurança alimentar, visto que os índices de insegurança alimentar são maiores nas residências cujos rendimentos mensais são menores, pois as diminutas receitas comprometem a aquisição de gêneros alimentícios.

Mesmo sabendo das dificuldades de se traçar tais estatísticas, devido às variações cambiais existentes pela superfície terrestre, Piketty (2014, p. 69) demonstra o contraste existente entre as rendas médias *per capita* mensais pelo mundo. Segundo os dados apresentados pelo autor, locais como a Índia e os países da África Subsaariana possuíam uma renda média mensal *per capita* entre 150 e 250 euros, enquanto que em países como o Japão, os da América do Norte e os da Europa Ocidental, tais índices giravam entre 2500 e 3000 euros por mês.

Tais disparidades reverberam nos quadros alimentares das populações. Como na maioria das sociedades modernas o acesso aos alimentos é obtido mediante a compra, os baixos níveis de renda apresentados pelos habitantes dos países subdesenvolvidos acarretam em casos crônicos de fome e avitaminoses, além de enfermidades atreladas às deficiências nutricionais. Nesta seara, Claval (1999) afirma que a alimentação possibilita a análise da estrutura social de determinado espaço geográfico e sua hierarquização. Sob esse prisma, a figura 3 mostra o percentual de domicílios, por estrato de renda mensal média *per capita*, em cada categoria de segurança alimentar no Brasil durante o biênio 2021-2022:

**Figura 3** - Níveis de segurança e insegurança alimentar no Brasil no biênio 2021-2022 por renda mensal média *per capita*



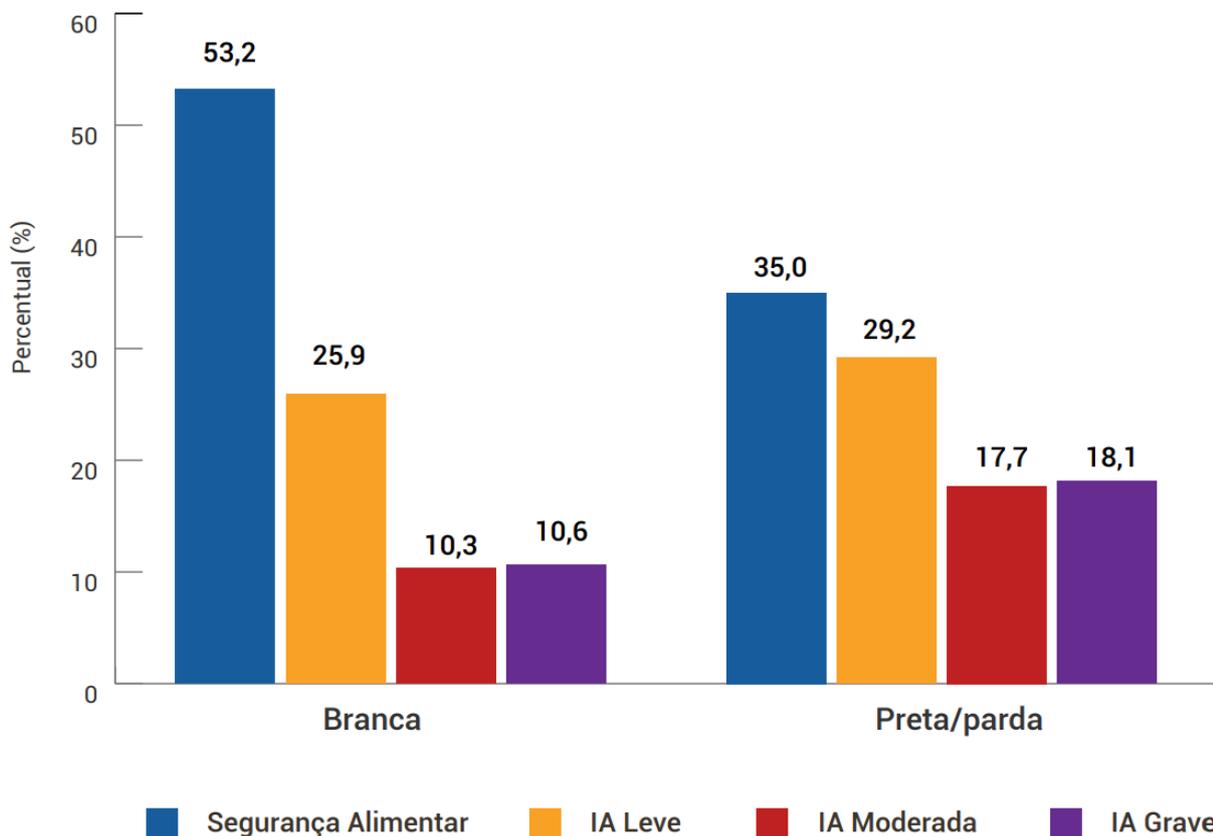
Fonte: REDE PENSSAN, 2021.

A figura 3 evidencia a disparidade entre os estágios de (in) segurança alimentar nas residências brasileiras conforme a renda mensal *per capita*. É nítido que a situação alimentar dos domicílios melhora à medida que as receitas mensais são ampliadas. Tal cenário é consequência da díspar distribuição de terras no país e da predominância do acesso aos alimentos por meio das

receitas monetárias (VILAS BOAS, 2017). Consequentemente, pode-se afirmar que o aumento das remunerações médias no Brasil resultaria na melhoria da alimentação da população.

Os índices de segurança alimentar diagnosticados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (REDE PENSSAN, 2021) demonstram que no comparativo entre as residências chefiadas por pessoas brancas e aquelas lideradas por indivíduos de cor ou raça preta e parda, os primeiros apresentam valores de segurança alimentar muito maiores que os últimos, ratificando a histórica situação de exclusão social e étnica vivenciada por estes indivíduos, a qual reverbera em piores condições de vida e de alimentação, conforme atesta a figura 4.

**Figura 4** - Percentuais de segurança e insegurança alimentar no Brasil no biênio 2021-2022 por cor/etnia do chefe da residência



Fonte: REDE PENSSAN, 2021.

A figura 4 evidencia os efeitos do racismo estrutural na dieta dos brasileiros. Pretos e pardos apresentam índices de insegurança alimentar moderada e grave - nas quais há escassez quantitativa de alimentos - muito superiores aos da população branca.

Os maiores índices de insegurança alimentar verificados nos domicílios chefiados por indivíduos de cor/etnia preta ou parda estão diretamente relacionados à renda mensal *per capita* desses imóveis, uma vez que possuem menores rendimentos monetários quando comparados às residências lideradas por pessoas brancas. Em um país com elevada concentração fundiária, no qual a renda salarial é a principal forma de acesso aos alimentos, as remunerações recebidas são cruciais para os regimes alimentares da população.

Segundo dados da PNAD Contínua, expostos na Tabela 2 e referentes ao segundo trimestre de 2022, o rendimento médio real efetivamente recebido por mês em todos os trabalhos realizados pelos indivíduos brancos foi de R\$ 3.453,00, enquanto o das pessoas pardas e pretas foi de R\$ 2.034,00 e R\$ 2.026,00, respectivamente. Tais números comprovam a desigualdade de cor/etnia existente em território brasileiro, uma vez que no trimestre em questão, brancos receberam em média 69,8% a mais que os pardos e 70,4% a mais que os pretos (IBGE, 2022).

**Tabela 2** – Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por cor ou raça, no segundo trimestre de 2022: Brasil

Cor/Etnia	Rendimento médio real no trimestre (em R\$)	Rendimento médio real no trimestre em salários mínimos
Branca	3453	2,72
Parda	2034	1,63
Preta	2024	1,61

Fonte: IBGE, 2022.

Nota-se a vultosa diferença de rendimentos monetários entre os trabalhadores no país conforme a cor/etnia, a qual influencia diretamente nas dietas alimentares, uma vez que em virtude da elevada concentração fundiária brasileira, a maioria da população depende exclusivamente da renda monetária para a aquisição de gêneros alimentícios. Como os salários pagos a pessoas pretas e pardas geralmente são inferiores às remunerações de indivíduos brancos, seus níveis de insegurança alimentar são maiores, refletindo a disparidade salarial.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação da escala estadunidense à realidade brasileira foi muito importante, pois considerou singularidades do território nacional, além de eliminar alguns tópicos julgados repetitivos. Apesar das inúmeras controvérsias envolvendo os itens do indicador e os critérios

utilizados para sua formulação, a EBIA representa um avanço na avaliação da situação alimentar da população, visto que propicia uma análise quali-quantitativa da segurança alimentar entre os grupos estudados, principalmente em virtude do caráter subjetivo presente no questionário, pois suas perguntas são respondidas de acordo com a percepção dos entrevistados.

Quando comparadas às urbes brasileiras, as áreas rurais ainda possuem níveis de insegurança alimentar maiores. Ademais, as regiões Norte e Nordeste – as quais padecem com os piores indicadores socioeconômicos do país – apresentam as taxas mais alarmantes de insegurança alimentar, principalmente em virtude da elevada concentração de renda e de terra que jaz em suas unidades federativas.

A renda monetária também influencia diretamente os índices de segurança alimentar no país, uma vez que os estratos da população de menores rendimentos mensais *per capita* exibem piores indicadores quando comparados aos grupos mais abastados. Consequência do racismo estrutural vigente no Brasil, os indivíduos pretos e pardos têm números relativos de insegurança alimentar superiores aos das pessoas brancas, evidenciando a precariedade de seus regimes alimentares.

Sublinha-se que os estudos sobre a segurança alimentar não devem se restringir à mera aplicação do questionário da EBIA. É necessário que as pesquisas englobem mais formas de análise e avaliem outros parâmetros, como a obesidade, o uso de agrotóxicos nas lavouras, o alcoolismo e as enfermidades psicológicas.

Portanto, a insegurança alimentar está intimamente vinculada à desigualdade no acesso aos alimentos, característica basilar das sociedades capitalistas atuais, nas quais a disparidade entre as classes sociais é acentuada. Em escala mundial, há alimentos suficientes para saciar as carências nutricionais de todas as populações. No entanto, problemas na distribuição e no acesso a eles, majoritariamente condicionado pela renda salarial, perpetuam a existência de diversas patologias associadas à precariedade das dietas alimentares.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, Patricia.; SACHS, Carolyn. Women and Food Chains: The Gendered Politics of Food. **International Journal of Sociology of Food and Agriculture**, v. 15, n. 01, p. 01-23, 2007.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 276-336, 2015.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957a.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957b.

CASTRO, Josué de. Fome como força social: fome e paz. In: FERNANDES, Bernardo Mançano e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (Orgs.) **Josué de Castro: Vida e obra**. 2ª Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. p. 153-164.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A soberania alimentar e a releitura do conceito de região pela geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 68, p. 372-388, 2018.

DEFFONTAINES, Pierre. **Géographie et religions**. Paris: Gallimard, 1948.

DESMARAIS, Annete Aurélie. **A Via Campesina – A globalização e o poder do campesinato**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013. (Coleção Vozes do Campo)

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro/Salvador: FIOCRUZ/EDUFBA, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 01, p. 49-61, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD – 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral – 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEE, Richard. Food security and food sovereignty. **Center for Rural Economy Discussion Paper Series**, n. 11, p. 01-17, 2007.

MALUF, Renato S. Diversidad, Desigualdades y la cuestión alimentaria. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, n. 25, 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 01, p. 139-169, 2009.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução: Sonia Midori. 1ª Edição. São Paulo/Porto Alegre: Editora da UNESP/Editora da UFRGS, 2016.

MELGAR-QUIÑONEZ, Hugo.; KAISER, Lucia L.; MARTIN, Anna C.; METZ, Dianne.; OLIVARES, Anna. Food insecurity among Latinos in California: a focal groups study. **Salud Pública de México**, v. 45, p. 198-205, 2003.

MUNDO-ROSAS, Verónica; SHAMAR-LEVY, Teresa; RIVERA-DOMMARCO, Juan Á. Grupo de Seguridad Alimentaria en México. Epidemiología de la inseguridad alimentaria en México. **Salud Pública de México**, v. 55, supl. 02, p. 206-213, 2013.

MUNDO-ROSAS, Verónica.; UNAR-MUNGUÍA, Mishel.; HERNÁNDEZ, Mauricio F.; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael.; SHAMAR-LEVY, Teresa. La seguridad alimentaria en los hogares en pobreza de México: una mirada desde el acceso, la disponibilidad y el consumo. **Salud Pública de México**, v. 61, n. 06, p. 866-875, 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 17, n. 33, p. 177-204, 2015.

PIKETYY, Thomas. **O Capital – no século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten de Bole. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <[http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SANGA, Uditá.; SIDIBÉ, Amadou.; OLABISI, Laura Schmitt. Dynamic pathways of barriers and opportunities for food security and climate adaptation in Southern Mali. **World Development**, v. 148, p. 01-14, 2021.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria.; MARIN-LEÓN, Leticia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 02, p. 1-19, 2009.

TAVARES, Lucas Hermann da Silva.; LIMA, Ana Carolina da Cruz. Segurança alimentar, composição domiciliar e pobreza no Brasil: um estudo a partir dos microdados da PNAD para o período 2004-2013. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 58, p. 101-144, 2021.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho, Reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 254, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

WITTMAN, Hannah. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 04, p. 805-826, 2009.

VERVOORT, Joost. M.; THORNTON, Philip. K.; KRISTJANSON, Patti.; FÖRCH, Wiebke.; ERICKSEN, Polly J.; KASPER, Kok.; INGRAM, John S. I.; HERRERO, Mario.; PALAZZO, Amanda; HELFGOTT, Ariella E. S.; WILKINSON, Angela; HAVLÍK, Petr.; MASON-D’CROZ, Daniel.; JOST, Chris. Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environmental Change**, v. 28, p. 01-12, 2014.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Segurança alimentar e relações capitalistas no campo e na cidade: O exemplo de Nepomuceno-MG**. 2016. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Notas sobre a migração campo-cidade e a monocultura no Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 11, n. 01, p. 189-209, 2017.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **A atuação das cooperativas na agricultura familiar do município de Nepomuceno-MG: Integração do modo de produção capitalista e perda de soberania alimentar**. 2019. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

*Artigo recebido em: 28/08/2022.  
Aceito para publicação em: 09/07/2023.*